

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Registro profissional e adimplência: interesse de todos

Quando concluem determinados cursos, muitos profissionais se deparam com a situação de inscrição nos respectivos conselhos de classe a fim de exercerem legalmente as atividades. Não obstante a exigência para os formandos de nível superior, há formações que também exigem o registro. Esse é o caso dos profissionais técnicos, no Sistema CFT/CRTs, em consonância com a Lei nº 13.639/2018.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que é livre o exercício de qualquer trabalho, emprego ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei assim estabelecer. Prescreve, ainda, que compete à União organizar, manter e executar a inspeção do trabalho. Nota-se que a administração federal delegou responsabilidades aos conselhos de classe, a fim de que a fiscalização esteja centralizada, qualificada e específica. Desse modo, o Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo (CRT-SP), como autarquia federal, tem autonomia para orientar, disciplinar e fiscalizar a atividade dos técnicos.

Para se registrar, basta ao técnico apresentar a documentação exigida e efetuar o pagamento da taxa. Com isso, em poucos dias, o profissional terá a Carteira de Identidade Profissional, válida em todo o Brasil. Por que o registro é tão importante? Em primeiro lugar, ele atesta que o profissional está apto a trabalhar de acordo com a legislação e permite a emissão do Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), que compõe a Certidão de Acervo Técnico (CAT). Trata-se de uma espécie de currículo que lhe propicia participar de licitações públicas, além de assegurar o direito de votar e ser votado nas eleições do Sistema CFT/CRTs.

Tão importante quanto o registro é manter-se adimplente, honrando o pagamento das anuidades. Elas custeiam a estrutura e a fiscalização, que é a atividade-fim precípua para proteger a sociedade contra “falsos” profissionais. Assim, a adimplência interessa ao técnico, que atua regularmente; à entidade, que garante sua manutenção; e à sociedade, que ganha em segurança.

Internet: <crtsp.gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 O termo “Não obstante”, no trecho “Não obstante a exigência para os formandos de nível superior, há formações que também exigem o registro.”, estabelece uma relação lógico-discursiva de concessão, podendo ser substituído, sem prejuízo para a coerência e para a correção gramatical do texto, pela locução **A despeito de**.
- 2 No período “Nota-se que a administração federal delegou responsabilidades aos conselhos de classe, a fim de que a fiscalização esteja centralizada, qualificada e específica.”, a oração “que a administração federal delegou responsabilidades aos conselhos de classe,” exerce a função de sujeito da forma verbal “Nota”.
- 3 No trecho “Para se registrar, basta ao técnico apresentar a documentação exigida e efetuar o pagamento da taxa.”, a colocação do pronome “se” antes do verbo é de caráter obrigatório, devido à presença da preposição “para”.
- 4 No período “Assim, a adimplência interessa ao técnico, que atua regularmente; à entidade, que garante sua manutenção; e à sociedade, que ganha em segurança.”, as três ocorrências do vocábulo “que” exercem a mesma função sintática de pronome relativo, podendo ser substituídas, cada uma, pela forma **o qual**, sem prejuízo para a correção gramatical e para a coerência do texto.
- 5 No período “Trata-se de uma espécie de currículo que lhe propicia participar de licitações públicas,”, o pronome pessoal oblíquo “lhe” exerce papel anafórico, retomando o vocábulo “profissional”, mencionado no período anterior.
- 6 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso o trecho “Por que o registro é tão importante?” fosse reescrito da seguinte forma: **O registro é tão importante por que?**
- 7 No período “Esse é o caso dos profissionais técnicos, no Sistema CFT/CRTs, em consonância com a Lei nº 13.639/2018.”, a locução “em consonância com” tem valor semântico de conformidade, de modo que a sua substituição por **em dissonância com** manteria a coerência do texto e a precisão da referência legislativa.
- 8 No fragmento “Tão importante quanto o registro é manter-se adimplente,”, a forma verbal “é” encontra-se no singular porque concorda com a oração reduzida de infinitivo “manter-se adimplente”, que funciona como sujeito.

Texto para os itens de 9 a 16.**Luta contra o juridiquês e por uma comunicação mais eficiente**

Se o idioma oficial do Brasil é o português, a língua predominante na Justiça, ao longo dos tempos, tem sido o “juridiquês”. Trata-se de uma mistura de palavreado técnico com estilo rebuscado e doses abundantes de termos em latim, de difícil compreensão para o público leigo.

No cotidiano dos processos, uma norma que se aplica a situações passadas tem efeito *ex tunc*; e a repetição de uma situação jurídica é *bis in idem*. Nem só de latim vive a complicação: denúncia virou exordial increpatória; inquérito policial, caderno indiciário; petição inicial, peça incoativa.

Diante dessa realidade, o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples surgiu para ampliar o acesso à Justiça e facilitar a compreensão das comunicações formais. O documento materializa os esforços para adotar uma redação direta tanto nas decisões quanto nos atos em geral, prevendo também recursos de acessibilidade, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a audiodescrição.

Considerando que a linguagem inacessível atua como instrumento de exclusão, o Pacto dispõe que o vocabulário técnico não deve representar uma barreira ao entendimento. Assim, simplificar as decisões, sem deixar de lado a precisão técnica, passa a ser mais um dos desafios da magistratura para garantir o acesso à informação.

Para efetivar esses direitos, o Pacto articula a atuação dos tribunais em eixos principais. O primeiro pretende simplificar documentos ao incentivar a linguagem direta e a criação de guias sobre termos indispensáveis. O segundo prioriza a brevidade nas comunicações, estimulando versões resumidas de votos e acórdãos e reduzindo formalidades excessivas.

Os demais eixos tratam da capacitação continuada do pessoal do Judiciário, do desenvolvimento de plataformas de informática mais acessíveis e funcionais e da articulação entre a sociedade civil, as instituições governamentais e a comunidade acadêmica para a promoção da linguagem clara. Afinal, assegurar uma comunicação clara é premissa fundamental para a garantia da própria cidadania e do pleno acesso à Justiça.

Internet: <www.stj.jus.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No fragmento “denúncia virou exordial increpatória; inquérito policial, caderno indiciário; petição inicial, peça incoativa.”, as vírgulas empregadas após “inquérito policial” e “petição inicial” indicam a ocorrência de elipse verbal (zeugma).
- 10 A substituição do trecho “para ampliar o acesso à Justiça e facilitar a compreensão das comunicações formais” por visando ampliar o acesso à Justiça e facilitando a compreensão das comunicações formais preserva a exata correlação sintática e o paralelismo oracional do período original.

- 11 O fragmento “Nem só de latim vive a complicação:” estabelece uma relação de intertextualidade por paráfrase com a célebre passagem bíblica “Nem só de pão vive o homem”, sendo essa referência utilizada pelo autor para demonstrar que o uso do latim deve ser completamente abolido da linguagem jurídica contemporânea.
- 12 No fragmento “No cotidiano dos processos, uma norma que se aplica a situações passadas tem efeito *ex tunc*”, a palavra “cotidiano” está grafada em conformidade com a ortografia oficial da língua portuguesa, sendo também admitida como correta a variante “cotidiano”.
- 13 No trecho “Trata-se de uma mistura de palavreado técnico com estilo rebuscado e doses abundantes de termos em latim, de difícil compreensão para o público leigo.”, o vocábulo “doses” foi empregado em sentido conotativo, transferindo a ideia de quantidade de uma substância fracionada para a proporção excessiva de vocábulos latinos no discurso jurídico.
- 14 No trecho “O segundo prioriza a brevidade nas comunicações, estimulando versões resumidas de votos e acórdãos e reduzindo formalidades excessivas.”, seria mantida a correção gramatical do período caso o seguimento fosse reescrito da seguinte forma: **O segundo prioriza a brevidade nas comunicações, por meio do estímulo à versões resumidas de votos e acórdãos e à redução de formalidades excessivas.**
- 15 No trecho “Se o idioma oficial do Brasil é o português, a língua predominante na Justiça, ao longo dos tempos, tem sido o ‘juridiquês’.”, a forma verbal composta “tem sido” exprime uma ação ou um estado que teve início no passado e que se prolonga até o momento presente, sendo reforçada semanticamente pela locução adverbial “ao longo dos tempos”.
- 16 No trecho “Considerando que a linguagem inacessível atua como instrumento de exclusão, o Pacto dispõe que o vocabulário técnico não deve representar uma barreira ao entendimento.”, as duas ocorrências do vocábulo “que” classificam-se como pronomes relativos, introduzindo orações subordinadas adjetivas no período.

Gael e Laura participaram de uma brincadeira de lançamento de aviões de papel. Em um ambiente fechado, foram registradas as distâncias, em metros, percorridas pelos aviões em 10 lançamentos realizados por cada um. Os resultados estão dispostos a seguir.

- Gael: 5; 6; 7; 7; 7; 8; 9; 10; 10; e 11.
- Laura: 4; 6; 7; 8; 8; 9; 9; 9; 10; e 10.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 17 A distância média percorrida pelos aviões de papel foi a mesma nos lançamentos realizados por Gael e por Laura.
- 18 A mediana das distâncias registradas nos lançamentos de Laura foi 1 m superior à mediana das distâncias registradas nos lançamentos de Gael.
- 19 Considerando conjuntamente os 20 lançamentos realizados por Gael e Laura, a distribuição das distâncias percorridas pelos aviões de papel é bimodal.

Em uma atração circense, 6 palhaços distintos, entre eles Peteleco e Pirueta, participarão de uma apresentação em sequência.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 20 Sem qualquer restrição quanto à ordem das apresentações, existem mais de 700 sequências distintas possíveis.
- 21 Caso a sequência de apresentações comece com Peteleco ou termine com Pirueta, podendo ambas as condições ocorrer simultaneamente, existirão 240 sequências distintas possíveis.
- 22 Caso Peteleco e Pirueta não se apresentem em posições consecutivas, existirão 520 sequências distintas possíveis.

Durante uma cerimônia no palácio, o vestido da rainha Esmeralda foi rasgado. Sabia-se que exatamente 1 destas pessoas, entre Rubi, Safira, Pérola e Jade, rasgou o vestido e que exatamente 1 das 4 afirmações a seguir é verdadeira.

- Rubi: "Safira rasgou o vestido."
- Safira: "Jade rasgou o vestido."
- Pérola: "Eu não rasguei o vestido."
- Jade: "Safira não rasgou o vestido."

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 23 Jade disse a verdade.
- 24 A proposição "Rubi disse a verdade se, e somente se, Safira disse a verdade" é falsa.
- 25 Pérola foi quem rasgou o vestido da rainha Esmeralda.

Lucca arrematou, em um leilão, um relógio antigo avaliado em R\$ 12.000 pelo valor de R\$ 9.600. Para pagamento posterior, a casa de leilões ofereceu a possibilidade de quitar o valor do arremate após 3 meses, mediante incidência de juros de 5% ao mês.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 26 O valor pelo qual Lucca arrematou o relógio foi 25% inferior ao valor de avaliação.
- 27 Caso os juros incidam sob o regime de juros simples, Lucca deverá pagar R\$ 11.040 ao final dos 3 meses.
- 28 Caso Lucca quite o valor do arremate após apenas 1 mês, com incidência de juros de 5% no período, o total pago corresponderá a 85% do valor de avaliação do relógio.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Com relação aos componentes de hardware e aos procedimentos de armazenamento e proteção das informações, julgue os itens a seguir.

- 29 Um dispositivo periférico pode desempenhar tanto operações de entrada quanto de saída de informações, não sendo a classificação dos periféricos limitada a equipamentos que realizem apenas uma dessas operações.

- 30 A frequência do processador constitui medida suficiente para determinar o desempenho global de um computador, tornando irrelevantes, para essa finalidade, características como memória RAM, armazenamento e memória cache.
- 31 Em uma política que adote um backup completo inicial seguido de backups incrementais, a recuperação do estado mais recente dos arquivos pode ser realizada utilizando apenas o backup completo e o último incremental produzido.
- 32 Quando uma quantidade de dados mantida em memória auxiliar precisa ser processada, esses dados podem ser transferidos gradualmente para a memória principal, em vez de todo o conjunto ter de permanecer nela simultaneamente.

No que se refere ao funcionamento dos computadores, aos sistemas operacionais, à organização das informações e aos serviços disponíveis na Internet, julgue os itens seguintes.

- 33 Um software utilitário integra fisicamente o computador enquanto está em execução, razão pela qual passa a ser considerado hardware durante o período em que permanece carregado na memória.
- 34 Ao copiar determinado conteúdo de um aplicativo para posteriormente inseri-lo em outro, o Windows pode utilizar a Área de Transferência como recurso intermediário para a movimentação desses dados entre programas.
- 35 O acesso ao correio eletrônico por meio de webmail descaracteriza o serviço como e-mail, pois, nesse caso, as mensagens passam a constituir conteúdo da World Wide Web em vez de correio eletrônico.
- 36 A existência de um navegador é um dos elementos que possibilitam ao usuário acessar e percorrer conteúdos da web, enquanto a disponibilização desses conteúdos envolve, também, servidores web.

Com relação à segurança da informação, aos procedimentos de backup e aos conceitos relacionados ao acesso a serviços e recursos da Internet, julgue os itens a seguir.

- 37 A filtragem realizada por um *firewall* limita-se às comunicações que ingressam na rede protegida, não alcançando as comunicações originadas nessa rede com destino ao ambiente externo.
- 38 Um computador conectado à Internet que execute um navegador pode ser considerado um sistema final, assim como um servidor web, embora os dois possam desempenhar papéis distintos na comunicação.
- 39 O DNS é um serviço com o qual o usuário precisa interagir diretamente antes de acessar um site, pois a tradução do nome do hospedeiro para o respectivo endereço IP depende de uma consulta manual.
- 40 Por funcionar como barreira de proteção entre redes, um *firewall* tem como finalidade registrar a autoria de todas as ações realizadas pelos usuários na rede interna, sendo essa a função que caracteriza esse mecanismo de segurança.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Em relação à ética no setor público, julgue os itens a seguir.

- 41** A conduta ética do servidor público exige que as suas decisões e as suas ações sejam orientadas pelo interesse coletivo, observando-se os padrões de honestidade, integridade e responsabilidade no exercício de suas atribuições.
- 42** Entre os deveres éticos do servidor público está o tratamento cortês e respeitoso aos usuários dos serviços públicos, independentemente de sua condição social.
- 43** Constitui vedação ao servidor público utilizar as suas competências funcionais de forma equilibrada e compatível com os legítimos interesses dos usuários dos serviços públicos.

Quanto aos princípios fundamentais da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- 44** O princípio da proporcionalidade admite que a Administração imponha restrições mais intensas aos direitos dos administrados quando isso representar maior comodidade para a atuação estatal.
- 45** Em razão do princípio da especialidade, as entidades da administração indireta possuem autonomia para redefinir as suas finalidades institucionais sempre que identificarem novas demandas de interesse público.
- 46** O princípio da indisponibilidade do interesse público limita a atuação do administrador, que somente pode gerir os bens e os interesses públicos nos termos autorizados pelo ordenamento jurídico.

No que diz respeito aos conceitos de improbidade administrativa, julgue os itens seguintes.

- 47** O agente que pratica ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito sujeita-se a sanções como a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco a oito anos.
- 48** As normas que regem a improbidade administrativa devem ser interpretadas em consonância com os princípios constitucionais aplicáveis ao direito administrativo sancionador.
- 49** A exigência de declaração patrimonial por ocasião da investidura em cargo, emprego ou função pública constitui mecanismo voltado à transparência e ao controle da evolução patrimonial do agente público.
- 50** A indisponibilidade de bens pode ser decretada quando demonstrados elementos que evidenciem a probabilidade da ocorrência do ilícito e o perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo.
- 51** A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescinde da análise da gravidade da conduta praticada e da extensão do dano eventualmente causado ao patrimônio público.
- 52** Como regra, a sanção de proibição de contratar com o Poder Público produz efeitos além do ente público diretamente lesado pelo ato de improbidade administrativa.

Acerca da Lei do Processo Administrativo, Lei nº 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

- 53** O fato de parecer técnico obrigatório e não vinculante não ter sido emitido no prazo fixado não impede que o processo tenha seguimento e seja decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilização de quem se omitiu no atendimento.
- 54** Em caso de risco iminente, a Administração pode adotar, motivadamente, providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

- 55** A recusa de prova pericial requerida pelo interessado prescinde de motivação, bastando o juízo de conveniência da autoridade quanto à necessidade da diligência.
- 56** O interessado somente pode juntar documentos e pareceres até o início da fase de instrução, sendo vedada a sua apresentação em momento posterior, ainda que anterior à decisão.
- 57** A revogação de ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade dispensa motivação, bastando o juízo discricionário íntimo do administrador, sem necessidade de registro nos autos.
- 58** O recurso administrativo tramitará, no máximo, por três instâncias administrativas, salvo disposição legal em sentido diverso.

Com relação à Lei de Acesso à Informação (LAI), julgue os itens seguintes.

- 59** A implementação de serviço destinado ao atendimento dos pedidos de acesso à informação constitui mecanismo voltado à efetivação do direito de acesso assegurado ao cidadão.
- 60** A classificação de informação no grau ultrassecreto pode fundamentar-se em mera conveniência administrativa, dispensada vinculação com temas de soberania, defesa nacional ou segurança.
- 61** A informação pode ser classificada no grau reservado por autoridade que exerça cargo ou função de direção, comando ou chefia, ao lado das demais autoridades competentes para os graus superiores de sigilo.
- 62** A utilização indevida da classificação de sigilo para ocultar irregularidades ou favorecer interesses particulares configura infração sujeita à responsabilização do agente público.
- 63** A recusa de acesso à informação de interesse público fundada em razão não prevista em Lei descaracteriza conduta ilícita, por se tratar de exercício do poder discricionário do agente público.
- 64** As informações classificadas como reservadas permanecem submetidas a sigilo por prazo indeterminado, cabendo à Administração decidir discricionariamente em relação à sua eventual divulgação futura.

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), julgue os itens seguintes.

- 65** A transparência quanto à finalidade do tratamento de dados afasta eventual violação ao princípio da não discriminação.
- 66** A legislação brasileira admite a transferência internacional de dados pessoais desde que sejam observadas as hipóteses e as garantias legalmente estabelecidas.
- 67** O direito à portabilidade permite ao titular solicitar a transferência de seus dados pessoais para outro fornecedor, devendo ser observados os limites previstos na legislação.
- 68** O compartilhamento de dados pessoais constantes de bases de dados do Poder Público com entidades privadas independe de previsão legal ou de consentimento do titular, bastando, para isso, o interesse da própria Administração.
- 69** No âmbito do Poder Público, o tratamento de dados pessoais deve guardar relação com finalidades institucionais e competências legalmente atribuídas ao órgão ou à entidade responsável.
- 70** O consentimento válido para o tratamento de dados pessoais pressupõe que o titular tenha ciência das finalidades específicas para as quais os seus dados serão utilizados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 e da sua aplicação, julgue os itens seguintes.

- 71** Constitui objetivo fundamental da República erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- 72** Buscar-se-á a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul, visando à formação de uma comunidade sul-americana de nações.
- 73** Pelos princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais, o Brasil repudia toda atividade nuclear.
- 74** Afronta a separação dos poderes a norma estadual que exija autorização da Assembleia Legislativa para que o governador se ausente do País por prazo não superior a 15 dias.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens a seguir, a respeito das comissões parlamentares de inquérito.

- 75** A instalação de comissão parlamentar de inquérito não pode ser obstada pelo presidente da respectiva Casa, desde que haja o requerimento de um terço de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo.
- 76** A comissão parlamentar de inquérito pode determinar, por autoridade própria e mediante decisão fundamentada, a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados telefônicos do investigado.
- 77** A comissão parlamentar de inquérito pode determinar a busca e a apreensão domiciliar no exercício de seus poderes instrutórios.
- 78** As conclusões da comissão parlamentar de inquérito, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilização dos infratores.

Quanto à organização e à composição dos órgãos do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 79** O STF compõe-se de 11 ministros, escolhidos dentre brasileiros natos, com notável saber jurídico e reputação ilibada, com mais de 35 e menos de 65 anos de idade.
- 80** Os ministros dos tribunais superiores são nomeados pelo presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria simples do Senado Federal.
- 81** O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 membros, com mandato de 2 anos, sendo admitida uma recondução.
- 82** O Tribunal Superior Eleitoral elegerá o seu presidente e o seu vice-presidente dentre os ministros do Superior Tribunal de Justiça, e o corregedor eleitoral dentre os ministros do STF.
- 83** Não subsiste mais no sistema constitucional a aposentadoria compulsória com caráter punitivo para magistrados.

Um determinado conselho de fiscalização profissional necessitou realizar contratação de serviços de reforma de seu edifício-sede, para melhor acomodar as reuniões plenárias. O setor de arquitetura e engenharia do conselho estimou que a obra custaria apenas R\$ 100.000, pois o serviço é usual no mercado.

Com base nessa situação hipotética e nas normas que regem o regime de contratações dos conselhos de fiscalização profissional, julgue os itens seguintes.

- 84** A modalidade de licitação obrigatória é a concorrência.
- 85** A situação admite dispensa de licitação pelo critério econômico.
- 86** Sendo cabível a dispensa de licitação, fica o conselho proibido de realizar certame competitivo.
- 87** A contratação não se sujeita ao regime de licitações e contratos administrativos, já que os conselhos de fiscalização profissional se equiparam às empresas estatais.

De acordo com Oliveira (2022), é tradicional a afirmação de que, ao contrário do que ocorre nos contratos privados, as partes contratantes nos contratos administrativos estão em posição de desigualdade, tendo em vista a presença das cláusulas exorbitantes que consagram prerrogativas à Administração e sujeições ao contratado. Acerca do assunto tratado no excerto, julgue os itens a seguir.

- 88** Nas alterações unilaterais, o contratado é obrigado a aceitar supressões, desde que elas sejam limitadas a 25%.
- 89** Mesmo que a extinção contratual tenha sido causada pela Administração, o contratado não tem direito ao pagamento do custo da desmobilização.
- 90** Admite-se o reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior.
- 91** A inexecução total do contrato admite sanção de impedimento de licitar e contratar, mas não a declaração de inidoneidade.

A respeito das regras de responsabilidade civil do Estado e da sua aplicação aos conselhos de fiscalização profissional, julgue os itens seguintes.

- 92** Os conselhos respondem objetivamente pelos danos que os seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo assegurado o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.
- 93** Os conselhos podem tanto causar quanto ser vítimas de danos morais.
- 94** Por seu regime jurídico específico, os conselhos respondem civilmente apenas em caso de dolo ou culpa.
- 95** Não se admite responsabilidade civil por omissão de conselhos.

Acerca das regras do Código Civil para o inadimplemento das obrigações e das cláusulas penais, julgue os itens a seguir.

- 96** O valor da cláusula penal pode exceder o da obrigação principal, desde que expressamente convencionado pelas partes.
- 97** A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte ou se o montante for manifestamente excessivo.
- 98** Ainda que o prejuízo exceda o previsto na cláusula penal, o credor não pode exigir indenização suplementar se assim não foi convencionado.
- 99** Na cláusula penal compensatória, o credor pode exigir, cumulativamente, a pena e o cumprimento da obrigação principal.

Considere-se uma dívida de quantia em dinheiro decorrente de contrato de mútuo celebrado entre particulares, com dois devedores, em que não se previu cláusula de solidariedade. O credor decidiu ajuizar ação de cobrança contra apenas um dos devedores pelo procedimento comum, exigindo deste a dívida toda.

Com base nessa situação hipotética e na disciplina do Código Civil e do Código de Processo Civil, julgue os itens seguintes.

- 100** Por se tratar de dívida de quantia em dinheiro, a obrigação é indivisível, podendo o credor exigir a integralidade da dívida de qualquer dos devedores.
- 101** Não havendo solidariedade, e sendo divisível a obrigação, presume-se a dívida dividida em tantas obrigações iguais e distintas quantos forem os devedores.
- 102** O litisconsórcio passivo entre os dois devedores é necessário, razão pela qual a ação não poderia ter sido proposta contra apenas um deles.
- 103** A sentença proferida na ação contra apenas um dos devedores não fará coisa julgada em relação ao outro, que não integrou o processo.
- 104** É inadmissível a ação de cobrança na hipótese, devendo ser apresentada ação de execução de título extrajudicial.

Acerca do instituto processual da reconvenção e das regras atinentes a ele estabelecidas no Código de Processo Civil, julgue os itens a seguir.

- 105** A desistência da ação principal obsta o prosseguimento da reconvenção.
- 106** O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.
- 107** A reconvenção constitui modalidade de intervenção de terceiros.

A respeito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), julgue os itens seguintes.

- 108** O direito ao FGTS é assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais pela Constituição Federal de 1988, bem como aos empregados domésticos.

- 109** O recolhimento do FGTS é devido durante todo o período de afastamento do empregado por auxílio-doença comum.
- 110** Compete à justiça do trabalho processar e julgar a ação em que o empregado pleiteia o recolhimento dos depósitos de FGTS decorrentes da relação de emprego com conselho de fiscalização profissional.
- 111** O prazo prescricional para a cobrança dos valores do FGTS não recolhidos é de cinco anos.

Um empregado do conselho de fiscalização profissional, responsável pela gestão da folha de pagamento do pessoal, inseriu deliberadamente, na folha de consignações relativa a empréstimos contraídos por empregados do conselho perante instituição financeira, tarifas de seguro não contratado pelos consignantes, com o objetivo de receber da seguradora uma comissão sobre os valores efetivamente descontados.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes, a respeito dessa conduta e das regras a ela aplicáveis.

- 112** Por não ter havido lesão ao patrimônio do conselho, a conduta não pode ser enquadrada como ato de improbidade administrativa.
- 113** A devolução aos empregados dos valores indevidamente descontados afasta a caracterização do ato de improbidade administrativa.
- 114** A seguradora pode responder por improbidade administrativa na condição de terceiro que se beneficia do ato, e os seus diretores também podem responder, caso haja participação e benefícios diretos.

Acerca da Lei nº 13.639/2018, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais, julgue os itens a seguir.

- 115** O mandato dos membros da diretoria e do plenário dos conselhos é de quatro anos, sendo permitida uma reeleição.
- 116** É vedado aos conselhos regionais impor penalidades aos inscritos, uma vez que esta é uma competência reservada exclusivamente ao Conselho Federal.
- 117** A fiscalização a cargo dos conselhos alcança as pessoas físicas e jurídicas que atuam na área.

A respeito da Resolução CFT nº 288/2025, que trata da fiscalização do exercício profissional do técnico industrial e do processo administrativo por infração, julgue os itens seguintes.

- 118** As penalidades aplicáveis compreendem a advertência, a multa e a suspensão do exercício profissional.
- 119** O exercício ilegal da profissão não se caracteriza por registro interrompido ou suspenso.
- 120** A reiteração de infração só se caracteriza quando há repetição da mesma infração após a ciência do auto de infração válido que lhe tenha fixado providências e prazo para a regularização, desde que antes de decisão sancionatória definitiva sobre o fato anterior.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O juízo de admissibilidade dos recursos precede o exame do mérito e verifica a presença dos requisitos sem os quais o recurso sequer pode ser conhecido. No processo do trabalho, além dos pressupostos comuns às demais espécies recursais, destaca-se o preparo, que reúne as custas e o depósito recursal – este último peculiar à Justiça do Trabalho.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho** (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

O preparo recursal no processo trabalhista

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) pressupostos de admissibilidade recursais no processo trabalhista;
- b) depósito recursal e sua natureza jurídica; e
- c) alterações introduzidas pela Lei nº 13.467/2017 ao regime do depósito recursal.